

Caderno de Prova



25 de março



das 15:40 às 19:40 h



4 h de duração*



60 questões



3 questões



P1

Advogado Fundacional



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

PRIMEIRA PARTE

Objetivas • Direito Geral

(25 questões)

1. Considerando os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa **correta**, com fundamento na Constituição da República.

- a. () É plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter paramilitar.
- b. (X) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- c. () É vedada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- d. () A sucessão de bens de estrangeiros situados no País, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre será regulada pela lei brasileira.
- e. () Conceder-se-á mandado de segurança, para proteger direito líquido e certo, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

2. Considere as seguintes competências legislativas:

- 1. Direito tributário, financeiro e econômico
- 2. Direito agrário e marítimo
- 3. Produção e consumo
- 4. Direito comercial, processual e eleitoral
- 5. Proteção à infância e à juventude

De acordo com a Constituição da República, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente:

- a. () Apenas sobre o item 3.
- b. () Apenas sobre os itens 2 e 4.
- c. () Apenas sobre os itens 3 e 5.
- d. (X) Apenas sobre os itens 1, 3 e 5.
- e. () Apenas sobre os itens 1, 4 e 5.

3. Considere as seguintes categorias de pessoas:

- 1. Brasileiros naturalizados
- 2. Estrangeiros residentes no Brasil há mais de 15 anos ininterruptos
- 3. Analfabetos
- 4. Conscritos, durante o serviço militar obrigatório
- 5. Menores de 16 anos
- 6. Oficiais das Forças Armadas com menos de 10 anos de serviço

Não são alistáveis como eleitores, de acordo com a Constituição da República:

- a. (X) Apenas os indicados em 2, 4 e 5.
- b. () Apenas os indicados em 2, 3, 4 e 5.
- c. () Apenas os indicados em 2, 4, 5 e 6.
- d. () Apenas os indicados em 3, 4, 5 e 6.
- e. () Os indicados em 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

4. De acordo com a Constituição da República, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente:

- a. () a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- b. (X) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União.
- c. () o litígio entre Estado estrangeiro e o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- d. () as causas entre organismo internacional e Município.
- e. () as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.

5. De acordo com o processo legislativo previsto na Constituição da República, é correto afirmar:

1. A Constituição da República poderá ser emendada mediante iniciativa popular.
2. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos em cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
3. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a organização do Ministério Público da União, bem como normas gerais para organização do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
4. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito processual penal.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- d. (X) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

6. Em relação à jornada de trabalho, é **correto** afirmar com fundamento na Consolidação das Leis do Trabalho, em sua redação atual:

- a. () O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, em qualquer caso será computado na jornada de trabalho.
- b. () Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais
- c. () Os empregados sob o regime de tempo parcial poderão prestar horas extras, desde que sua remuneração seja 50% superior à da hora normal do trabalho.
- d. () Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda 6 horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 30 minutos.
- e. (X) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

7. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, integram o salário:

1. comissões, percentagens, gratificações ajustadas e abonos pagos pelo empregador.
2. assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.
3. previdência privada, seguros de vida e acidentes pessoais.
4. educação do empregado em estabelecimento de ensino próprio ou de terceiros, compreendendo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anuidade, livros e material didático.
5. vestuários, equipamentos e outros acessórios fornecidos aos empregados e utilizados no local de trabalho, para a prestação do serviço, e o transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. (X) É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3, 4 e 5.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2, 3, 4 e 5.

8. A propósito dos atos administrativos, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Atos administrativos ilegais são convalidados com a sua publicação regular.
- b. (X) A concessão de aposentadoria compulsória é ato administrativo vinculado.
- c. () Os atos administrativos ilegais podem ser revogados pelo Poder Judiciário.
- d. () Os atos administrativos discricionários praticados por agentes incompetentes podem ser revogados.
- e. () A moralidade, como elemento integrante do mérito administrativo, não pode ser aferida pelo Poder Judiciário em sede de controle dos atos da Administração Pública.

9. De acordo com a Constituição da República, a desapropriação para fins de reforma agrária dá direito à:

- a. () justa e prévia indenização em dinheiro.
- b. () indenização em títulos da dívida agrária, resgatáveis em até 10 anos.
- c. () indenização em títulos da dívida pública, resgatáveis em até 10 anos.
- d. () indenização em títulos da dívida pública, resgatáveis em até 15 anos.
- e. (X) indenização em títulos da dívida agrária, resgatáveis em até 20 anos.

10. De acordo com a teoria dos serviços públicos e da organização da Administração Pública, é correto afirmar:

1. A descentralização administrativa por outorga ocorre quando o Estado cria uma entidade com personalidade jurídica própria e lhe transfere, por lei, a titularidade e a execução de determinado serviço público ou de utilidade pública.
2. As empresas públicas e as fundações, que apenas poderão ser criadas por lei específica, constituem exemplo típico de desconcentração administrativa.
3. A instituição de uma Secretaria de Estado constitui exemplo típico de descentralização administrativa.
4. Os contratos de concessão e permissão de serviços públicos são hipóteses de descentralização por delegação. Nestes casos, o Poder Público conserva a titularidade do serviço, transferindo, apenas, a execução do serviço, para que o agente delegado o preste por sua conta e risco.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c. (X) São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

11. Acerca da licitação, estão corretas, de acordo com a Lei Federal nº 8666/93, na sua redação atual:

1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, o autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica
2. É permitida a fixação de preços mínimos e vedada a fixação de preços máximos no edital.
3. A licitação é dispensável para contratação de serviços técnicos especializados de natureza singular, com profissionais de notória especialização.
4. A autoridade competente somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 1.
- b. () É correta apenas a afirmativa 4.
- c. (X) São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.

12. Considere as seguintes hipóteses de alienação de bens imóveis da Administração Pública:

1. Venda a pessoa jurídica de direito privado
2. Dação em pagamento
3. Investidura
4. Doação para organização religiosa
5. Concessão de direito real de uso de bem imóvel residencial destinado a programa de regularização fundiária de interesse social

Dentre essas, considerada a existência de interesse público, avaliação prévia e autorização legislativa, haverá dispensa de licitação para a alienação, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual:

- a. () apenas nas hipóteses 2 e 3.
- b. () apenas nas hipóteses 3 e 5.
- c. () apenas nas hipóteses 4 e 5.
- d. () apenas nas hipóteses 1, 4 e 5.
- e. (X) apenas nas hipóteses 2, 3 e 5.

13. Com relação aos contratos administrativos, assinale a alternativa **correta**, conforme a Lei Federal nº 8666/93, em sua redação atual:

- a. (X) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
- b. () As cláusulas econômico-financeiras do contrato administrativo poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- c. () Os contratos administrativos podem ser formalizados com prazo de vigência indeterminado.
- d. () A declaração de nulidade do contrato administrativo exonera a Administração do dever de indenizar o contratado, pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada.
- e. () A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, podendo onerar o objeto do contrato e restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

14. Considere as seguintes pessoas jurídicas:

1. Territórios
2. Partidos políticos
3. Associações públicas
4. Organizações religiosas
5. Empresas individuais de responsabilidade limitada

São consideradas pessoas jurídicas de direito privado pelo Código Civil, aquelas indicadas:

- a. Apenas no item 5.
- b. Apenas nos itens 2 e 4.
- c. Apenas nos itens 3 e 5.
- d. Apenas nos itens 4 e 5.
- e. Apenas nos itens 2, 4 e 5.

15. Analise as seguintes afirmativas:

1. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
2. A interrupção da prescrição poderá ocorrer uma única vez.
3. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
4. A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**, de acordo com o Código Civil.

- a. É correta apenas a afirmativa 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- d. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

16. De acordo com o Código Civil, o valor da cominação imposta na cláusula penal:

- a. Não pode exceder o valor da obrigação principal.
- b. Pode ser fixado em até o dobro do valor da obrigação principal.
- c. Deve corresponder a até 10% do valor da obrigação principal.
- d. Deve corresponder a até 50% do valor da obrigação principal.
- e. Deve corresponder a até 30% do valor da obrigação principal.

17. De acordo com o Código Civil, são responsáveis pela reparação civil, ainda que não haja culpa de sua parte:

1. os que gratuitamente houverem participado dos produtos do crime, até a concorrente quantia.
2. o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados que se acharem sob sua autoridade e em sua companhia.
3. o empregador por seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele.
4. os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. É correta apenas a afirmativa 4.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

18. Em atenção à transmissão das obrigações, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil:

- a. () A eficácia da cessão de crédito, em relação ao devedor, independe da notificação deste.
- b. () A assunção de dívida independe do consentimento do credor.
- c. () Salvo estipulação em contrário, na cessão de crédito o cedente responde pela solvência do devedor
- d. (X) Salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito abrangem-se todos os seus acessórios.
- e. () É eficaz em relação a terceiros a transmissão de crédito realizada através de documento particular simples, sem a qualificação das partes.

19. Acerca da responsabilidade tributária, assinale a alternativa **correta**, de acordo como o Código Tributário Nacional.

- a. () A responsabilidade por infrações da legislação tributária depende da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
- b. () A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada do seu pedido de parcelamento.
- c. (X) Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.
- d. () A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, responde integralmente, em qualquer caso, pelos tributos, relativos ao estabelecimento adquirido.
- e. () A lei não poderá atribuir a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, mesmo que vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte.

20. Considerando a constituição do crédito tributário, assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código Tributário Nacional.

- a. () O pagamento antecipado pelo obrigado, nos casos de lançamento por homologação, extingue o crédito tributário, sem condição resolutória.
- b. (X) O lançamento deve ser revisto de ofício pela autoridade administrativa, quando se comprove que no lançamento anterior ocorreu falta funcional da autoridade que o efetuou.
- c. () O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode mais ser alterado.
- d. () O lançamento reporta-se à data da constituição do crédito tributário.
- e. () O lançamento tributário é atividade administrativa discricionária tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

21. Acerca dos institutos do litisconsórcio, da assistência e da intervenção de terceiros, assinale a alternativa **correta**, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a. (X) Extingue-se o processo, se o autor não promover, no tempo assinado pelo juiz, a citação de todos os litisconsortes necessários.
- b. () Aquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-lhe demandada em nome próprio, deverá denunciar à lide o proprietário ou possuidor.
- c. () Há litisconsórcio necessário quando ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.
- d. () Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida a sentença, oferecer assistência contra ambos.
- e. () O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário, quanto ao número de litigantes.

22. De acordo com o Código de Processo Civil, é **correto** afirmar a respeito da prova pericial:

- a. () O perito apenas poderá ser substituído nos casos de impedimento e suspeição.
- b. () O juiz poderá determinar a realização de nova perícia, que substituirá a primeira.
- c. () O perito e os assistentes técnicos, depois da averiguação, lavrarão laudo unânime, que será escrito pelo perito e assinado pelos assistentes técnicos.
- d. (X) O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos, podendo, até mesmo, determinar de ofício a realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida.
- e. () O juiz não poderá indeferir a prova pericial requerida pelo autor, mesmo quando a prova do fato for desnecessária, em vista de outras provas produzidas.

23. Considere os seguintes recursos:

- 1. Apelação.
- 2. Agravo.
- 3. Embargos Infringentes.
- 4. Embargos de Declaração.
- 5. Recurso Ordinário.
- 6. Recurso Especial.
- 7. Recurso Extraordinário e
- 8. Embargos de Divergência.

De acordo com o Código de Processo Civil, o Recurso Adesivo é admissível:

- a. () Apenas nos recursos 3, 4 e 8.
- b. () Apenas nos recursos 1, 2, 6 e 7.
- c. (X) Apenas nos recursos 1, 3, 6 e 7.
- d. () Apenas nos recursos 1, 4, 5 e 8.
- e. () Apenas nos recursos 3, 5, 6 e 7.

24. Em atenção à Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente, prevista no Código de Processo Civil, estão corretas:

- 1. A impenhorabilidade do bem imóvel é oponível à cobrança do crédito concedido para a aquisição do próprio bem.
- 2. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exequente, requisitará à autoridade supervisora do sistema bancário, preferencialmente por meio eletrônico, informações sobre a existência de ativos em nome do executado, podendo no mesmo ato determinar sua indisponibilidade, até o valor indicado na execução.
- 3. A parte exequente poderá requerer a substituição da penhora, se incidir sobre bens de baixa liquidez.
- 4. O seguro de vida é absolutamente impenhorável.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d. (X) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. () São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

25. De acordo com o Código de Processo Civil, o prazo para o representante judicial da Fazenda Pública apresentar contrarrazões a um Agravo de Instrumento, para admissão de Recurso Extraordinário é de:

- a. (X) 10 dias.
- b. () 15 dias.
- c. () 20 dias.
- d. () 30 dias.
- e. () 60 dias.

PRIMEIRA PARTE

Objetivas • Direito Específico

(35 questões)

26. A respeito dos princípios de Direito Ambiental, assinale a alternativa **correta**.

- a. () O Direito Ambiental não guarda relação com o princípio da dignidade da pessoa humana.
- b. (X) O princípio do desenvolvimento sustentável busca conciliar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental, com vistas a permitir a satisfação das necessidades atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades.
- c. () O princípio da prevenção demanda a adoção de medidas tendentes a impedir a degradação ambiental, nas hipóteses de risco abstrato, isto é, hipotético ou incerto.
- d. () O princípio da proibição do retrocesso ambiental veda que, uma vez determinada a paralisação cautelar de dada atividade utilizadora de recursos naturais, por ocorrência de uma possível agressão ambiental, ela volte a ser desenvolvida pelo empreendedor.
- e. () O princípio do poluidor-pagador autoriza a aplicação de punição (multa) ao infrator, diante do cometimento de ilícito, mas não tem como objetivo imputar ao puluidor/ degradante o custo social da poluição por ele gerada.

27. Sobre os aspectos constitucionais do Direito Ambiental, assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é qualificado como direito fundamental de 3ª geração, de titularidade coletiva e caráter transindividual.
- b. () A competência legislativa suplementar dos municípios não autoriza que eles supram lacunas existentes na legislação federal ou estadual.
- c. () A defesa do meio ambiente não é um princípio constitucional da ordem econômica, apesar de ser uma incumbência do Poder Público e da coletividade.
- d. () Independe de lei regulamentadora a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente.
- e. () No âmbito da competência legislativa comum, União, Estados e Distrito Federal podem legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

28. Um empresário pretende construir e fazer funcionar um complexo de lazer (parque temático), empreendimento que, de acordo com a regulamentação do Conselho Estadual do Meio Ambiente, caracteriza-se como uma atividade potencialmente causadora de degradação com impacto local. O imóvel onde se pretende implementar o parque temático está integralmente localizado dentro de um único município catarinense que, por sua vez, faz limite com o Estado do Paraná. Uma porção do terreno situa-se em Área de Proteção Ambiental (APA) instituída pelo Estado de Santa Catarina.

Tendo em conta as competências administrativas em matéria ambiental, assinale a alternativa **correta**.

- a. () A competência para o licenciamento é uma ação administrativa da União.
- b. (X) A competência para o licenciamento é uma ação administrativa do município.
- c. () A competência para o licenciamento é uma ação administrativa do Estado de Santa Catarina.
- d. () O licenciamento do empreendimento deve conter manifestação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
- e. () Em vista das características geográficas do local do empreendimento, o empreendedor poderá escolher licenciar a atividade perante o órgão ambiental municipal, estadual ou federal.

29. Tendo em conta as competências licenciatórias em matéria ambiental, relacione corretamente as colunas 1 e 2 abaixo.

Coluna 1 Competência

- 1. União
- 2. Estado
- 3. Município

Coluna 2 Licenças

- () Aprovação do funcionamento de criadouros da fauna silvestres.
- () Supressão de vegetação em empreendimentos licenciados pelo Estado.
- () Licenciamento de atividades de impacto local localizado em um Parque Nacional (unidade de conservação instituída pela União).
- () Aprovação da liberação de exemplares de espécie exótica da fauna e da flora em ecossistemas naturais frágeis ou protegidos.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () 1 – 2 – 1 – 1 .
- b. () 1 – 3 – 3 – 1 .
- c. (X) 2 – 2 – 1 – 1 .
- d. () 2 – 2 – 1 – 2 .
- e. () 2 – 3 – 1 – 1 .

30. Em fevereiro de 2012, uma empresa do ramo da construção civil obteve do órgão ambiental municipal a licença ambiental para instalação de condomínio horizontal multifamiliar (considerado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, como empreendimento de impacto local), mediante a apresentação de todos os estudos técnicos exigidos. Após o início das obras, um vizinho, inconformado com a construção, apresentou denúncia aos órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, aduzindo, genericamente, que a obra agride um ambiente protegido.

À luz do sistema de competências ambientais, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Não pode a FATMA manifestar-se perante o órgão municipal a respeito da licença por ele expedida.
- b. () Pode a FATMA encaminhar manifestação ao órgão licenciador, indicando os motivos de discordância quanto à análise técnica feita pelos servidores municipais, manifestação que implica a suspensão cautelar da licença.
- c. () À FATMA não cabe determinar a adoção de medidas urgentes para mitigar a degradação ambiental.
- d. (X) A lavratura do auto de infração e a instauração de processo administrativo para apurar eventual infração de atividades licenciadas é de competência do próprio ente municipal.
- e. () A fiscalização a respeito da inconformidade do empreendimento quanto à legislação ambiental em vigor, feita pela FATMA no exercício da competência comum de proteção ao meio ambiente, prevalece sobre eventual auto de infração ambiental lavrado pelo município, caso este absolva administrativamente a empresa.

31. Sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, identifique as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F).

- () A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) caracteriza poluição como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.
- () A Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina, apesar de ser órgão do Estado de proteção da qualidade ambiental, não integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
- () O Conselho Nacional do Meio Ambiente é o órgão executor do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).
- () O não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeita os transgressores à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito, sem prejuízo das outras penalidades definidas pela legislação federal.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () V – V – F – F
- b. () V – F – V – V
- c. (X) V – F – F – V
- d. () V – F – F – F
- e. () F – V – V – F

32. Sobre a taxa de controle e fiscalização ambiental (TCFA), assinale a alternativa **correta**.

- a. O sujeito passivo da TCFA é todo aquele que exerce atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais constantes na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.
- b. Constitui fato gerador da TCFA o exercício, pelos particulares, das atividades constantes no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.
- c. Os recursos provenientes da TCFA não precisam ser utilizados restritamente em atividades de controle e fiscalização ambiental.
- d. Os valores recolhidos ao Estado ou ao Município, a título de taxa de licenciamento e venda de produtos, constituem crédito para compensação, com o valor devido de TCFA até o limite de 60% e relativo ao mesmo ano.
- e. Caso o estabelecimento empresarial exerça mais de uma atividade sujeita à fiscalização, deve pagar taxa relativa a todos eles.

33. Sobre a responsabilidade administrativa, civil e penal em matéria ambiental, assinale a alternativa **correta**.

- a. Não é indispensável a instauração de processo administrativo punitivo para apurar a responsabilização administrativa do causador de dano ambiental.
- b. Diante da impossibilidade de se responsabilizarem criminalmente as pessoas jurídicas, admite-se somente a responsabilização criminal de seu diretor, administrador, membro de conselho e de órgão técnico, auditor, gerente, preposto ou mandatário.
- c. As responsabilidades administrativa, criminal e civil são independentes umas das outras; entretanto, a comprovação da inexistência de fato reputado ilícito na esfera criminal gera efeitos na administrativa.
- d. Para a desconsideração da personalidade jurídica em matéria ambiental é necessária a caracterização do desvio de finalidade da empresa ou de confusão patrimonial.
- e. A obrigação de reparar dano ambiental prescinde da demonstração de culpa e do nexo causal.

34. Sobre dano ambiental, assinale a alternativa **correta**.

- a. Dano ambiental transfronteiriço é aquele que extrapola os limites de dado território.
- b. O dano ambiental possui dimensão exclusivamente patrimonial.
- c. A prática de ilícito administrativo caracteriza a ocorrência de dano ambiental presumido.
- d. No que toca à reparação do dano ambiental, deve-se privilegiar a compensação monetária da lesão, por ser a medida que propicia melhores resultados em razão de seu efeito pedagógico.
- e. Aplica-se à reparação civil do dano ambiental os prazos prescricionais estabelecidos na legislação comum.

35. Identifique as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F).

- Licenciamento ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor.
- O decurso dos prazos de licenciamento, sem a emissão da licença ambiental, autoriza, de modo precário, a prática de ato que dela dependa ou decorra, até a efetiva apreciação do pedido pelo órgão ambiental competente.
- Pela sistemática federal, o prazo para análise de cada modalidade de licença ambiental (prévia, instalação e operação) pelo órgão ambiental competente é de seis meses a contar da data do protocolo do requerimento, e até doze meses, se houver EIA/RIMA e/ou audiência pública.
- Uma licença ambiental pode ser suspensa ou cancelada somente se houver violação de suas condicionantes pelo empreendedor.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. V – V – V – V
- b. V – F – V – F
- c. V – F – F – F
- d. F – V – V – F
- e. F – F – V – F

36. Sobre o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental, assinale a alternativa **correta**.

- a. () O estudo de impacto ambiental deve definir a área de influência direta ou indireta do empreendimento, mas não demanda considerar a bacia hidrográfica na qual se localiza.
- b. (X) Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental, o órgão ambiental poderá fixar diretrizes específicas para sua elaboração pelo particular, de acordo com as peculiaridades do projeto e características ambientais da área.
- c. () Enquanto perdurar a análise do EIA/RIMA pela equipe técnica do órgão ambiental competente, não é necessário disponibilizar ao público em geral as cópias do relatório de impacto ambiental.
- d. () A audiência pública em processos de licenciamento ambiental pode ser requerida por qualquer cidadão, devendo o órgão ambiental, nesta hipótese, realizá-la.
- e. () Dizer que à coletividade é assegurado o direito de participação no processo decisório significa garantir que novo estudo de impacto ambiental deverá ser providenciado pelo empreendedor, se a comunidade discordar de suas conclusões.

37. Analise as afirmativas abaixo sobre ação civil pública.

1. A ação civil pública pode ser manejada para a defesa de interesses difusos, estes entendidos como interesses transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si por uma relação jurídica base.
2. Apesar de a redação do artigo 3º da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85) dispor que a "ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer", a jurisprudência admite a cumulação dos pedidos.
3. É indispensável, para caracterização da legitimidade para propor ação civil pública, que a associação voltada à proteção ao meio ambiente esteja constituída há pelo menos 1 ano.
4. Considerando que a ação civil pública deverá ser proposta no foro onde ocorrer o dano, se este atingir mais de uma comarca a ação civil pública deverá ser proposta no local do estabelecimento que gerou a poluição/degradação.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. (X) É correta apenas a afirmativa 2.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

38. Sobre a ação civil pública, identifique as afirmativas verdadeiras (V) e as falsas (F).

- () O inquérito civil público é medida preparatória para a propositura de eventual ação civil pública pelo Ministério Público. Caso o representante do Ministério Público se convença da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública, poderá promover o arquivamento do inquérito, iniciativa que depende ser homologada pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- () Em relação à atuação judicial da Administração Pública, as entidades da administração indireta (por exemplo, autarquias e fundações) não possuem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do meio ambiente, mas só as pessoas jurídicas de direito público interno (União, Estados, Município e Distrito Federal).
- () O retardamento da apresentação de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil pública pela autoridade do órgão ambiental competente configura crime.
- () Considerando que a sentença proferida em ação civil pública faz coisa julgada somente nos limites da competência territorial do órgão prolator, apesar de ser dotada de efeitos erga omnes, é em tese possível a existência de decisões contraditórias em relação ao mesmo fato.

Assinale a alternativa que indica a sequência **correta**, de cima para baixo.

- a. () V – V – V – V
- b. (X) V – F – V – V
- c. () V – F – F – F
- d. () F – V – V – V
- e. () F – V – V – F

39. Analise as afirmativas abaixo, sobre os meios judiciais de proteção ambiental:

1. A ação popular pode prestar-se à proteção ambiental, quando se objetiva anular um ato lesivo ao meio ambiente. Ela pode ser proposta contra as pessoas jurídicas (de direito público ou privado), contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado e contra os beneficiários do ato.
2. O prazo para contestar a ação popular é de 20 dias. O réu pode requerer a prorrogação do prazo de contestação por mais 20 dias, se for difícil a produção de prova documental.
3. O mandado de segurança coletivo pode ser ajuizado para a defesa de interesses transindividuais, de natureza indivisível, cujo titular sejam pessoas indeterminadas.
4. De acordo com a Lei do Mandado de Segurança, no mandado de segurança coletivo não pode ser deferida liminar sem prévia audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público.
5. A coisa julgada no mandado de segurança coletivo gera efeitos erga omnes.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 5.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- c. (X) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 5.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 5.

40. De acordo com o Estatuto da Cidade, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Os municípios dispõem de competência legislativa privativa para editar normas de direito urbanístico.
- b. () Na zona urbana a exigência do Estudo de Impacto de Vizinhança substituirá a exigência do Estudo de Impacto Ambiental.
- c. () Legislação local não pode prever a possibilidade de que o proprietário aliene o direito de construir previsto no plano diretor, quando o imóvel for considerado necessário para fins de preservação ambiental.
- d. () A Administração Pública pode optar pela promoção de audiências públicas, para auxiliar a elaboração do plano diretor.
- e. (X) Lei municipal deve definir quais os empreendimentos ou atividades em área urbana que dependerão da apresentação de Estudo de Impacto de Vizinhança para obtenção de licenças e autorizações.

41. Sobre a reserva legal, assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) Quando alcançam área suscetível de exploração, a restrição decorrente da reserva legal pode ser indenizável.
- b. () A vegetação da reserva legal não pode ser utilizada sequer sob o regime de manejo florestal sustentável.
- c. () A reserva legal é uma obrigação pessoal do proprietário de imóvel com cobertura vegetal, para viabilizar a conservação e reabilitação dos processos ecológicos e da biodiversidade.
- d. () O percentual de reserva legal em propriedades rurais, fixado para todo o território nacional, é de 20%.
- e. () Pelo código florestal, não pode ser computada área de preservação permanente na porção destinada à reserva legal.

42. De acordo com as disposições do Código Florestal, são consideradas de preservação permanente as áreas ao longo de qualquer curso d'água, desde o seu nível mais alto, em faixa marginal cuja largura mínima será de:

- a. () 10 metros para os cursos d'água com até 5 metros de largura.
- b. () 30 metros para os cursos d'água de 15 metros de largura.
- c. (X) 50 metros para os cursos d'água que tenham 40 metros de largura.
- d. () 100 metros para os cursos d'água que tenham mais de 200 metros de largura.
- e. () 200 metros para cursos d'água que tenham de 100 a 200 metros de largura.

43. Analise as afirmativas abaixo, a respeito da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98):

1. A sanção penal de multa será calculada segundo os critérios do Código Civil e, na hipótese de ela revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.
2. Dentre as circunstâncias que atenuam a pena, está o arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano.
3. Dentre as circunstâncias que agravam a sanção penal, quando esta não constitui ou qualifica o crime, considera-se o fato de ter o agente cometido a infração em domingos, feriados ou durante a noite.
4. Por se tratarem de responsabilidades distintas, a perícia produzida no inquérito civil ou no juízo cível não poderá ser aproveitada no processo penal.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () É correta apenas a afirmativa 2.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- d. (X) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.

44. Analise as afirmativas abaixo, considerando a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98):

1. Nas infrações penais previstas na Lei de Crimes Ambientais, a ação penal é pública incondicionada.
2. A pena de prestação de serviços à comunidade é uma modalidade de sanção cujo cabimento é exclusivo às pessoas físicas.
3. As disposições do Código Penal e o Código de Processo Penal aplicam-se subsidiariamente à Lei de Crimes Ambientais.
4. A sentença penal condenatória deve, sempre que possível, fixar o valor mínimo para reparação dos danos causados.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- d. (X) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

45. Analise as afirmativas abaixo, considerando a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98):

1. A situação econômica do infrator deve ser observada na imposição de multa administrativa por infração ambiental.
2. A autoridade ambiental que não promover a apuração imediata de infração ambiental de que tiver conhecimento pode ser corresponsabilizada.
3. O prazo para apresentação de defesa prévia contra auto de infração ambiental é de 10 dias, contados da data da ciência da autuação.
4. O prazo de recurso da decisão condenatória proferida no julgamento do auto de infração é de 20 dias.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. () São corretas apenas as afirmativas 1 e 4.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- e. (X) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.

46. Considerando a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98), assinale a alternativa **correta**.

- a. () O crime de destruição de floresta de preservação permanente não admite modalidade culposa.
- b. (X) Perseguir espécimes da fauna silvestre sem permissão, licença ou autorização da autoridade competente é caracterizado como crime contra o meio ambiente.
- c. () Aquele que pratica experiências para fins didáticos ou científicos com animais não incorre, em nenhuma hipótese, na pena prevista para o crime de maus tratos aos animais.
- d. () A liberação de balões de festa junina capazes de provocar incêndios não caracteriza crime contra a flora.
- e. () A alteração do aspecto de edificação protegida — isto é, tombada em função de seu valor histórico ou cultural — caracteriza infração administrativa e enseja a responsabilidade civil para reparação do dano, mas não configura delito de natureza criminal.

47. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () As áreas de preservação permanente são consideradas, em qualquer hipótese, não edificáveis e, nessa condição, sua vegetação jamais poderá ser suprimida.
- b. () É considerado de preservação permanente, pelo Código Florestal, o raio mínimo de 100 metros das nascentes d'água.
- c. () Pelo Código Florestal, a vegetação natural ao redor de reservatórios d'água artificiais não é considerada de preservação permanente.
- d. (X) Mesmo não se tratando de espécimes ameaçadas de extinção ou de vegetação existente sobre área de preservação permanente, pode o Poder Público declarar qualquer árvore como imune ao corte, por motivo de localização, beleza, raridade ou condição de porta-sementes.
- e. () A vegetação nativa existente em altitude superior a 500 metros é considerada de preservação permanente em função do topo de morro.

48. Sobre a compensação ambiental em unidades de conservação, assinale a alternativa **correta**.

- a. () A compensação ambiental deverá ser feita através do pagamento de dinheiro.
- b. (X) A compensação ambiental é obrigatória para empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental.
- c. () Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a compensação não poderá ser inferior a 0,5% dos custos totais previstos para implementação do empreendimento.
- d. () As unidades de conservação a serem beneficiadas são definidas pelo próprio empreendedor, no EIA/RIMA.
- e. () Se a unidade de conservação afetada não pertencer ao grupo de proteção integral, isto é, à categoria que admite o uso sustentável dos recursos naturais, ela não precisa ser beneficiária da compensação ambiental.

49. São crimes de menor potencial ofensivo:

- a. (X) Impedir a regeneração natural de florestas; construir obras potencialmente poluidoras sem licença dos órgão ambientais competentes.
- b. () Fazer o funcionário público uma afirmação falsa, em procedimento de licenciamento ambiental; obstar a ação fiscalizadora do Poder Público em questões ambientais.
- c. () Pescar mediante a utilização de explosivos; provocar o perecimento de espécimes da fauna aquática, pela emissão de efluentes.
- d. () Exportar pele de répteis sem autorização da autoridade ambiental competente; causar dano direto às unidades de conservação.
- e. () Cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente sem permissão da autoridade competente; causar poluição em níveis que possam resultar danos à saúde humana.

50. A respeito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Todas as Unidades de Proteção Integral, por não admitirem o uso econômico dos recursos naturais, são de domínio público. As áreas particulares alcançadas por qualquer das categorias deste grupo devem ser desapropriadas.
- b. () Todas as categorias de unidades de conservação devem possuir zonas de amortecimento e corredores ecológicos.
- c. (X) As unidades de conservação dividem-se em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. No primeiro grupo enquadram-se, dentre outras categorias, a Estação Ecológica e a Reserva Biológica. No segundo enquadram-se a Área de Proteção Ambiental e a Reserva Extrativista, dentre outras.
- d. () Quando o órgão responsável pela administração da unidade julgar conveniente, pode-se instituir um plano de manejo, documento que estabelece o zoneamento e as normas que presidem o uso da área.
- e. () O Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade é o órgão executor do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Dentre suas atribuições está exercer o poder de polícia ambiental em unidades de conservação instituídas pela União, Estados e Municípios.

51. De acordo com a Lei Estadual nº15.133/2010, em sua redação atual, o inventário periódico de áreas potenciais para a promoção de serviços ambientais no âmbito do Estado de Santa Catarina deve ser realizado pelo(a):

- a. () FATMA.
- b. (X) EPAGRI.
- c. () CONSEMA.
- d. () Polícia Militar Ambiental.
- e. () Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

52. De acordo com a Lei Estadual nº 14.675/2009, em sua redação atual, as Juntas Administrativas Regionais de Infrações Ambientais (JARIA), serão presididas pelo representante do(a):

- a. FATMA.
- b. CONSEMA.
- c. Polícia Militar Ambiental.
- d. setor produtivo do Estado de Santa Catarina.
- e. Secretaria de Desenvolvimento Regional, SDR.

53. Analise as seguintes afirmativas:

1. O Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais é de inscrição onerosa e obrigatória para as pessoas jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras.
2. A Taxa de Fiscalização Ambiental do Estado de Santa Catarina (TFASC) tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia conferido à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e à Fundação do Meio Ambiente (FATMA), para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais.
3. A Taxa de Fiscalização Ambiental do Estado de Santa Catarina (TFASC) é devida por estabelecimento e o valor a ser recolhido será equivalente a 60% do valor devido ao IBAMA, pela Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), relativamente ao mesmo período.
4. Os recursos arrecadados com a Taxa de Fiscalização Ambiental do Estado de Santa Catarina (TFASC) serão utilizados em atividades de controle e fiscalização ambiental.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**, de acordo com a Lei Estadual nº 14.601/2008.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

54. Analise as seguintes afirmativas:

1. A administração da FATMA será exercida pelo Conselho Deliberativo, pelo Conselho Curador e pela Diretoria.
2. Compete ao Conselho Curador da FATMA propor alteração no Plano de Cargos e Vencimentos da Fundação.
3. Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Curador, no exercício de seus mandatos, não perceberão qualquer remuneração.
4. A duração dos mandatos dos membros do Conselho Deliberativo e Curador será de 2 anos, permitida a recondução.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**, de acordo com o Decreto Estadual nº 3.572/98:

- a. É correta apenas a afirmativa 1.
- b. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

55. De acordo com o Decreto n. 3.573/98, o Diretor Geral da FATMA, em suas faltas ou impedimentos eventuais, deverá ser substituído pelo:

- a. Assessor Direto do Diretor Geral.
- b. Procurador Jurídico.
- c. Diretor de Estudos Ambientais.
- d. Diretor Administrativo e Financeiro.
- e. Diretor de Controle da Poluição Industrial, Rural e Urbana.

56. Analise as afirmativas abaixo, que descrevem atribuições funcionais dos servidores da FATMA:

1. Analisar e elaborar minutas de anteprojetos de leis, decretos, portarias, regulamentos e demais atos normativos.
2. Acompanhar as publicações de natureza jurídica e manter atualizado o repositório de jurisprudência judiciária e administrativa, especialmente as ligadas às atividades da FATMA.
3. Coordenar o processamento e o encaminhamento das prestações de contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da lei.
4. Coordenar e controlar as ações de fiscalização e proteção dos recursos naturais.

As afirmativas que indicam atribuições do Procurador Jurídico da FATMA, de acordo com o Decreto Estadual nº 3.573/98, é(são) aquela(s) constante(s):

- a. () Apenas na afirmativa 1.
- b. () Apenas na afirmativa 2.
- c. (X) Apenas nas afirmativas 1 e 2.
- d. () Apenas nas afirmativas 2 e 3.
- e. () Apenas nas afirmativas 2 e 4.

57. Configura-se como infração disciplinar punível com repreensão, nos termos da Lei Estadual nº 6.745/85:

- a. () Impontualidade.
- b. () Ofensa moral contra qualquer pessoa no recinto da repartição.
- c. () Deixar de atender às requisições para defesa da Fazenda Pública.
- d. (X) Apresentar-se ao serviço sem estar decentemente trajado e em condições satisfatórias de higiene pessoal.
- e. () Fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade como testemunha ou perito em processo disciplinar.

58. Analise as seguintes afirmativas:

1. O funcionário estável somente poderá ser posto à disposição para prestar serviços técnicos ou especializados nos planos federal, estadual ou municipal e respectivas autarquias, inclusive entidades paraestatais, com ônus para o Estado.
2. Preso preventivamente, pronunciado por crime comum, denunciado por crime funcional ou condenado por crime inafiançável, em processo no qual não haja pronúncia, o funcionário ficará afastado do exercício de seu cargo até decisão final transitada em julgado.
3. É assegurada a remoção, a pedido, para outra localidade, por motivo de saúde, desde que fiquem comprovadas, pelo órgão médico oficial, as razões apresentadas pelo funcionário, mesmo em estágio probatório.
4. A remoção por interesse do serviço público fundada na necessidade de pessoal recairá preferencialmente sobre o funcionário: a) de menor tempo de serviço; b) residente em localidade mais próxima; c) menos idoso.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**, de acordo com a Lei Estadual nº 6.745/85:

- a. () É correta apenas a afirmativa 2.
- b. () É correta apenas a afirmativa 4.
- c. () São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d. () São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. (X) São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

59. Dentre as penas restritivas de direitos da pessoa jurídica está a proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações. De acordo com a Lei Federal n. 9605/98, em sua redação atual, o prazo máximo dessa punição não poderá exceder o prazo de:

- a. () 3 anos.
- b. () 5 anos.
- c. (X) 10 anos.
- d. () 15 anos.
- e. () 20 anos.

60. Assinale a alternativa **correta** a respeito da Ação Civil Pública, com fundamento na Lei Federal nº 7347/85, em sua redação atual:

- a. () A ação civil pública é cabível para veicular pretensões que envolvam contribuições previdenciárias.
- b. () Apenas o Ministério Público possui legitimidade para propor a ação civil pública principal e a ação cautelar.
- c. () O recurso interposto em face de sentença em ação civil pública sempre será recebido no duplo efeito: devolutivo e suspensivo.
- d. () A ação civil pública é cabível para veicular pretensões que envolvam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou outros fundos de natureza institucional, cujos beneficiários possam ser individualmente determinados.
- e. (X) A sentença proferida em ação civil pública fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente, por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

SEGUNDA PARTE

Discursivas • Direito Específico

(3 questões)

1. A empresa "A" obteve da FATMA a licença ambiental de instalação de uma indústria de alimentos no Município "X". Após o início das obras, a associação de bibliotecários da região (que não possui entre seus objetivos institucionais a defesa do meio ambiente) ingressou com ação civil pública contra a empresa "A" e contra a FATMA, alegando que a metodologia utilizada pelo órgão ambiental para avaliação dos impactos ambientais é inadequada. A associação aduz que tanto a instalação do empreendimento quanto a deficitária avaliação do impacto pelo órgão ambiental concorrem para a produção de dano ambiental presumido na localidade. A inicial vem desacompanhada de provas documentais.

A associação autora requer, em caráter liminar, a suspensão da validade da licença da FATMA e a paralisação das obras. Também é pedido, na inicial, o julgamento antecipado da lide, para anular a licença, a condenação da empresa "A" e da FATMA, solidariamente, a recuperação do bem degradado e o pagamento de compensação ambiental na ordem de R\$ 100.000,00 para cada demandado.

O juiz competente condicionou a análise do pedido liminar à apresentação de resposta da FATMA.

Você, na qualidade de advogado da FATMA, irá apresentar a defesa da entidade. Toda investigação realizada e prova produzida pelos técnicos do órgão ambiental dão conta de que a tese da associação autora é equivocada. Será defendido o método de avaliação de impactos usado pela FATMA e a plena legalidade e validade da licença.

Sintetize, justificando cada ponto, os argumentos de defesa da FATMA.

2. Disserte acerca do instituto da prescrição e dos prazos prescricionais em matéria ambiental, aplicáveis à pretensão punitiva da Administração, à reparação civil e aos crimes ambientais.

3. Em atenção às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.675/2009, que instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente, responda:

1. Quais são as medidas preventivas?
2. Em que casos tais medidas preventivas devem ser aplicadas pelo agente ambiental e qual o procedimento que deve ser adotado?

Folha de rascunho

Lembre se! A resposta deve ter no mínimo 15 e no máximo 20 linhas, transcrita com caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, e não pode ser assinada pelo candidato nem conter qualquer sinal, gráfico, desenho, apelido que possibilite sua identificação.



QUESTÃO 1

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |

(rascunho)

Folha de rascunho

Lembre se! A resposta deve ter no mínimo 15 e no máximo 20 linhas, transcritas com caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, e não podem ser assinadas pelo candidato nem conter qualquer sinal, gráfico, desenho, apelido que possibilite sua identificação.



QUESTÃO 2

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |

(rascunho)

Folha de rascunho

Lembre se! A resposta deve ter no mínimo 15 e no máximo 20 linhas, transcritas com caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, e não podem ser assinadas pelo candidato nem conter qualquer sinal, gráfico, desenho, apelido que possibilite sua identificação.



QUESTÃO 3

| | |
|----|--|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |

(rascunho)

**Página
em Branco.
(rascunho)**

**Página
em Branco.
(rascunho)**

**Página
em Branco.
(rascunho)**

**Página
em Branco.
(rascunho)**

**Página
em Branco.
(rascunho)**



FEPESE • Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos
Campus Universitário • UFSC • 88040-900 • Florianópolis • SC
Fone/Fax: (48) 3953-1000 • <http://www.fepese.org.br>